

# AUSÊNCIA DE SEGURANÇA X EXCESSO DE VIGILÂNCIA: A CRIMINALIDADE E A REPRESSÃO AOS CRIMES EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA\*

*Edina Rautenberg*

SEED-P. E-mail: edina\_rg@hotmail.com

**RESUMO:** O capítulo é parte das reflexões realizadas na pesquisa de doutorado em História, pela UNIOESTE, em andamento. Demonstramos e analisamos algumas notícias veiculadas pelo programa radiofônico “Frente Ampla de Notícias”, transmitido pela Rádio Difusora no município de Marechal Cândido Rondon – PR, entre meados dos anos 1960 a 1980. As notícias veiculadas pelo programa não só demonstram a existência de um grande índice de criminalidade (entendida nesta análise como roubos de carros, pequenos furtos e assassinatos) no município durante o período da Ditadura Civil-Militar Brasileira, como também de um descaso por parte do poder público (esferas estaduais e federais) no que se refere ao trabalho de “garantir a segurança da comunidade”. Por outro lado, evidências levantadas no próprio programa, somadas a fontes da repressão (DOPS), demonstram que quando se tratava de crimes considerados “políticos”, havia disponibilização de um amplo aparato para investigá-los e reprimi-los, caso fosse necessário. O artigo visa contribuir com a desconstrução de uma visão positiva em torno do período da Ditadura e de demonstrar que há muitos fatos do período não lembrados (propositalmente na maioria das vezes) pela população que os viveu.

O interesse pelo tema “Ditadura no Oeste” se deu durante o início de minha graduação em História, pela UNIOESTE<sup>1</sup>, quando, nas viagens de ônibus de minha casa em Porto Mendes (interior do município de Marechal Cândido Rondon) para a Universidade, ouvia o motorista lamentando das condições da rodovia naquele momento (que tornava quase inviável o trajeto entre Marechal Cândido Rondon e Guaíra) e referia-se à época da Ditadura “quando tudo era melhor” e quando a população rondonense “podia dormir com as janelas e portas destrancadas, já que não havia criminalidade”. Incomodava-me ouvir aquele senhor referenciando de maneira positiva aqueles tempos, cujos acontecimentos eu estava conhecendo aos poucos durante os trabalhos de Iniciação Científica<sup>2</sup>.

Passada uma década do início dos trabalhos sobre Ditadura, vivenciamos uma ampliação da indignação quanto ao saudosismo acerca do que teria sido a Ditadura, já que no contexto de campanha eleitoral de 2017-2018, o então candidato à Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro (já conhecido por suas manifestações, enquanto deputado federal, de desrespeito as vítimas da Ditadura Militar – como as frases “Quem procura osso é cachorro”-2005, ou de que o “erro da Ditadura foi torturar e não matar”-2008) despontava no cenário nacional e estimulou uma onda de

---

\* DOI

<sup>1</sup> 2005 a 2008.

<sup>2</sup> Orientados pela professora Dr. Carla Silva, tendo como foco de pesquisa a revista *Veja* no contexto da ditadura civil-militar brasileira. No período em questão, trabalhava com o discurso da revista em relação aos movimentos de resistência à Ditadura, em especial, os grupos de luta armada.

retrocessos no que se refere a memória da Ditadura e as lutas travadas pelos familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

Neste sentido, construímos a proposta de pesquisa de doutorado em História, no qual buscamos contribuir na desconstrução da imagem de Marechal Cândido Rondon como um local que só colheu os “louros” da Ditadura. Apesar da “modernização” vivenciada pelo município no período (como a mecanização da agricultura, chegada de energia elétrica, pavimentação asfáltica na área urbana, construção de escolas no interior, fundação do primeiro veículo de comunicação, chegada dos primeiros aparelhos de televisão, etc.), os moradores de Marechal Cândido Rondon também conviveram com a violência, criminalidade, repressão e o clima era de constante insegurança, perseguição e medo.

A pesquisa de doutorado, iniciada em julho de 2017<sup>3</sup>, visa investigar como se deu a construção da Ditadura no município de Marechal Cândido Rondon, percebendo como as relações de domínio e supremacia (social e política) foram construídas por sujeitos sociais no âmbito do município e suas relações e articulações com as agências e agentes no âmbito estadual e federal, durante o período de 1964 a 1985. Utilizamos o termo Ditadura com “D” (maiúsculo), pois estamos nos referindo a um período histórico que marcou a história do Brasil entre os anos de 1964 e 1985, e não apenas a um aspecto do regime de governo. Entendemos que a Ditadura não foi um fenômeno exclusivamente militar, embora as Forças Armadas tenham assumido papel importante neste regime. Para efetivação do regime autoritário e a montagem da estrutura da repressão foram cruciais a participação de setores civis, entendidos como pessoas, empresas, instituições, corporações e entidades.

Portanto, ao analisar a história de Marechal Cândido Rondon entre os anos de 1964 e 1985 não pretendemos focar a Ditadura como um caso de “política restrita” ou de uma “história política” (no sentido tradicional ou renovado do termo), mas, sim, compreender esta Ditadura nas práticas sociais percebidas na perspectiva da sociedade política, da sociedade civil organizada e da vida das pessoas (seja nos aspectos da produção socioeconômica, seja em outras questões das práticas sociais). Para tanto, buscamos compreender o Estado em seu sentido “Ampliado” ou “Integral”, utilizando-se, para isto, do referencial teórico do filósofo italiano Antônio Gramsci (2002).

Neste sentido, no intuito de contribuir com a desconstrução de uma visão positiva em torno do período da Ditadura e de demonstrar que há muitos fatos do período não lembrados (propositalmente na maioria das vezes) pela população que os viveu, buscamos neste artigo analisar algumas notícias veiculadas pelo programa radiofônico “Frente Ampla de Notícias”, transmitido pela Rádio Difusora (único veículo radiofônico do município entre meados dos anos 1960 a 1980). As notícias veiculadas pelo programa não só demonstram a existência de um grande índice de criminalidade no município de Marechal Cândido Rondon (entendida nesta análise como roubos de carros, pequenos furtos e assassinatos), como também de um descaso por parte do poder público (esferas estaduais e federais) no que se refere ao trabalho de “garantir a segurança da comunidade”. Mesmo sendo “Área de Segurança Nacional”, o setor

---

<sup>3</sup> Orientada também pela prof. Dr. Carla Silva, ainda em andamento, com previsão de término no final do ano de 2021.

policial de Marechal Cândido Rondon não possuía veículo automotivo próprio para realizar o patrulhamento do município e atender as ocorrências policiais e as necessidades básicas da população rondonense. Por outro lado, evidências levantadas no próprio jornal, somadas a fontes da repressão (DOPS), demonstram que quando se tratava de crimes considerados políticos, havia disponibilização de um amplo aparato para investigá-los e reprimi-los, caso fosse necessário.

Reconhecemos a polícia como mantenedora e ordenadora das relações sociais, sob comando das classes dominantes que dirigem o Estado em cada contexto histórico, com a função de controlar os excessos decorrentes da luta de classes. Embora a “segurança pública no Brasil sempre foi militarizada, servindo de aparelho bélico do Estado e de controle, imposição de restrições e proibições” (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, P.02), foi a partir do Decreto Lei nº 217, de 08/04/1970, que ocorreu a criação da Polícia Militar, tornando as forças policiais fortemente militarizadas<sup>4</sup>, moldando ainda mais a polícia aos interesses do Estado, a fim de atender as necessidades da nova ordem pública.

É importante lembrar que as políticas públicas disponíveis para a prevenção e controle da violência entre os anos 1960-1980 eram distintas das existentes hoje. A prevenção criminal era calcada nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional<sup>5</sup>, recém-reelaborada pelo contexto de Guerra Fria, e havia uma priorização da defesa do Estado e da ordem política e social. A identificação de “violência” era relacionada muito mais com as ameaças aos interesses nacionais (associado às preferências dos detentores do poder), do que aos atos que atentavam contra a ordem pública e/ou gerassem perigo para as pessoas e/ou seus patrimônios. A luta contra os “inimigos internos”, que seriam os influenciados pelo “movimento comunista internacional”, justificavam esta priorização. Neste aspecto, a partir da concepção de política pública de Segurança Nacional, foram criados aparatos repressivos e órgãos de informação, como o Serviço Nacional de Informação (SNI), que garantissem de forma eficiente o bloqueio ou a eliminação de qualquer força que exercesse pressão ou ameaçasse o Estado de Segurança Nacional. A concepção de Segurança Pública enquanto dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, foi criada apenas com a Constituição de 1988, embora prevalece a militarização das polícias e a segurança ainda está muito distante da concepção de uma Segurança Cidadã<sup>6</sup>.

Portanto, durante a Ditadura não só havia muita criminalidade em Marechal Cândido Rondon (entendida neste texto como prática de atos que atentam contra a proteção dos cidadãos e/ou de seus bens) e uma falta de assistência estatal para contê-la, como os pesos usados pelas instâncias repressoras demonstram que as autoridades políticas que compunham os governos ditatoriais estavam muito mais preocupadas com a manutenção da Ditadura do que com a segurança da população

---

<sup>4</sup> Sendo forças auxiliares do Exército e seguindo o Regulamento Disciplinar do Exército.

<sup>5</sup> Como demonstra Enrique Padrós, “o ponto nodal da DSN era a percepção de que a URSS utilizava o comunismo internacional como instrumento de agressão e de subversão no interior dos países. Frente a isso, os EUA contrapunham uma guerra total permanente. Auto proclamando-se defensora do ‘mundo livre’, a superpotência capitalista impôs uma divisão de tarefas no plano militar, correspondendo aos países latino-americanos arcar com a proteção dos seus territórios nacionais”. (PADRÓS, 2012, p. 498).

<sup>6</sup> Utilizamos das reflexões de Moema Dutra Freire, quando ela contextualiza a Segurança Cidadã como parte da promoção de convivência e cidadania, prevenindo e controlando a violência. Nesta concepção, a violência é multicausal, por isso demanda uma estratégia multissetorial de prevenção e controle. (FREIRE, 2009).

que em tese deveriam representar. Ao dizermos “ausência de segurança X excesso de vigilância”, não estamos necessariamente considerando que a vigilância era realizada com grande intensidade no município<sup>7</sup>, mas que havia uma maior preocupação da manutenção da ordem pública, em detrimento da prevenção da violência e da criminalidade, ou seja, da proteção à vida.

## **O município de Marechal Cândido Rondon e aspectos gerais a serem considerados**

Marechal Cândido Rondon é um município brasileiro situado no Oeste do Paraná. A região começou a ser ocupada oficialmente em 1930<sup>8</sup> e a colonização imobiliária se intensificou em 1946, após a compra das terras pela Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná – MARIPÁ, que implementou um intenso projeto de colonização/especulação imobiliária da região a partir de então. Chamado de Vila General Rondon, a localidade foi distrito de Toledo até 1960, quando foi emancipado e substituído o nome para Marechal Cândido Rondon. Atualmente o município abrange uma área de 748.003 Km<sup>2</sup> e possui uma população estimada (pelo IBGE de 2020) de 53.495 habitantes. Limita-se ao Norte com o município de Mercedes, a Nordeste com Nova Santa Rosa, a Leste com Quatro Pontes, a Sudeste com Toledo e Ouro Verde do Oeste, a Sudoeste com Pato Bragado, ao Sul com São José das Palmeiras e Entre Rios do Oeste e ao Oeste com a República do Paraguai (via Lago de Itaipu).

Porém, é importante ressaltar que os atuais contornos geográficos de Marechal Cândido Rondon não são os mesmos dos existentes entre os anos de 1960 e 1990: Em outubro de 1982 ocorreu o fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica de Itaipu<sup>9</sup>, construídas no desvio do leito do Rio Paraná, dando início à formação do Lago de Itaipu<sup>10</sup> e alagando aproximadamente 12% das terras agricultáveis de Marechal Cândido Rondon. Com o alagamento das terras e a indenização paga pela Itaipu, muitos agricultores e moradores decidiram sair de Marechal Cândido Rondon buscando outras áreas de terras, em outros estados inclusive, para dar continuidade à sua vida e aos seus negócios (implicando na diminuição da população no município). Já em 1992 ocorreu o processo de emancipação dos distritos de Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado e de Entre Rios do Oeste, todos distritos de Marechal Cândido Rondon e que, a partir desta data, passaram a ter gerência política municipal própria.

Há uma grande quantidade de elementos que devem ser considerados quando se trata da história de Marechal Cândido Rondon entre as décadas de 1960 a 1980: 1) As especificidades da colonização dirigida pela MARIPÁ<sup>11</sup>; 2) O sucesso da ocupação do

<sup>7</sup> Embora tenhamos outros casos de vigilância que não puderam ser trabalhados neste texto.

<sup>8</sup> É importante lembrar que esta região já era habitada por indígenas, que foram mortos, expulsos ou utilizados como mão de obra escrava pelos colonizadores da região. Para mais informações ver RIBEIRO, 2005.

<sup>9</sup> Construída entre os anos de 1975 a 1982, num acordo binacional entre Brasil e Paraguai, a Usina Hidrelétrica de Itaipu localiza-se em Foz do Iguaçu, na fronteira entre Brasil e Paraguai.

<sup>10</sup> O lago acabou abrangendo uma área de 1.350 Km<sup>2</sup>, indo de Foz do Iguaçu até o município de Guaíra, 150 Km (em linha reta, via lago) ao norte. Marechal Cândido Rondon fica no meio do trajeto: Em vias terrestres, aproximadamente 170 Km de Foz do Iguaçu e 65 Km de Guaíra.

<sup>11</sup> No que se refere à seleção dos indivíduos “aptos” a comprarem terras aqui; no projeto pré-estabelecido quanto ao tamanho das terras e a lucratividade decorrente desta escolha; a atuação de Willy Barth (um dos acionistas da Companhia Colonizadora, responsável pela colonização do Oeste do Paraná) no direcionamento econômico, político, social e religioso da localidade; etc.

município<sup>12</sup> e o papel político exercido pelos corretores da MARIPÁ (convidados para se estabelecerem no município ou que vieram a ser contratados após a aquisição de terras) que estabeleceram moradia em Marechal Cândido Rondon, lucraram com a venda das terras, aplicaram o capital acumulado no município e se tornam personalidades políticas e empresariais importantes; 3) A legislação que determinou Marechal Cândido Rondon como “Área de Segurança Nacional” em 1968<sup>13</sup>, implicando na não elegibilidade de prefeitos a partir de então e em um direcionamento (com uma certa constância) de ações federais visando levantamento de dados sob os aspectos socioeconômicos do município e destinação de algumas verbas financeiras; 4) O processo de modernização da agricultura<sup>14</sup>, que vai tornar este setor de grande importância econômica no município e motivar muitas pessoas a adquirirem terras nesta região<sup>15</sup>, ao mesmo tempo em que vai implicar em um grande êxodo rural; 5) A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu que levaram à desapropriação de centenas de moradores. Todos estes aspectos (e outros que não foram pontuados aqui) estão sendo tratados na tese e são considerados (em maior ou menor medida) quando da análise do texto que aqui apresentamos.

## **A Rádio Difusora e o Programa “Frente Ampla de Notícias”**

Uma de nossas primeiras fontes de pesquisa sobre Marechal Cândido Rondon foram os arquivos do programa “Frente Ampla de Notícias<sup>16</sup>”, levado ao ar pela Rádio Difusora, diariamente (desde novembro de 1966), entre as 07h:00 e 08h:00 e 12h:15 às 13h:00<sup>17</sup>. O programa construía/reproduzia e veiculava notícias internacionais,

---

<sup>12</sup> E/ou o sucesso das vendas de lotes na região, já que a população (dez anos depois da emancipação de Marechal Cândido Rondon) aumentou 994%: De 4.426 habitantes em 1960, foi para 44.037 pessoas de acordo com o Censo Demográfico de 1970.

<sup>13</sup> A lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, estabelecia como municípios estratégicos e “Áreas de Interesse da Segurança Nacional” todos os municípios de fronteira, além das estâncias hidrominerais e municípios portuários.

<sup>14</sup> Processo este que, além da inserção de máquinas, implementos, insumos, sementes modificadas, etc., implicaram numa transformação social do ser e fazer do agricultor, como demonstra Marcos Smaniotto em sua tese. Vale destacar que a modernização conservadora implicou na intensificação da monocultura, na concentração fundiária e na exploração da terra voltada à produção agroexportadora. (In: SMANIOTTO, 2016).

<sup>15</sup> Pois, além de mostrar-se favorável ao cultivo da soja, Marechal Cândido Rondon se destacou no setor pecuário, especialmente na produção de suínos. Esta produção foi incentivada pela instalação do frigorífico de suínos (Frirondon), iniciado em 1963 e inaugurado no final de 1968. Como demonstra Carlos Seibert, “no triênio 1967/68/69, Rondon atingiu uma grande produção de suínos, sendo destacado como ‘município de maior criação do Estado do Paraná’”. (In: SEIBERT, 2008. P.237).

<sup>16</sup> Algumas considerações são necessárias: Inicialmente o nome do jornal era “No mundo das notícias, as notícias do mundo”. Os apresentadores eram Dirceu da Cruz Vianna e Antônio Maximiliano Ceretta, e o operador era Ilário Kehl. Em 10/04/1971, o jornal mudou de nome novamente e passou a se chamar “O mundo em revista”, com os apresentadores Vitorino Angelli e Adalberto Schmidt. Em 19/03/1973 o noticiário ganhou um novo nome (mantido até hoje) “Frente Ampla de Notícias”, sendo apresentado por Ricardo José. Por ser este último nome a grande referência do programa, optamos por mantê-lo em todas as indicações do jornal.

<sup>17</sup> O arquivo foi constituído em 1974, por Elio Winter que, ao assumir a direção da emissora, encontrou o material do noticiário e decidiu organizá-lo. Para isto, selecionou apenas as notícias que tratavam da esfera local e encadernou o material em volumes de acordo com as datas. É importante salientar que, apesar de muito rico, o material é falho no que se refere a muitas páginas faltando. Isto se deve ao tardio processo de arquivamento (ação do tempo) e, possivelmente, a ações intencionais, tanto no que se refere à primeira seleção, quanto ao que se refere aos acessos ao arquivo, já que até ser cedido para a UNIOESTE (2016), o arquivo permanecia na Rádio Difusora e não havia muito controle sobre o trabalho realizado nele. A ação do tempo tornou também muitas páginas praticamente ilegíveis, dificultando muitas vezes o acompanhamento do processo. Atualmente o acervo está sob guarda do CEPEDAL na UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon.

nacionais, estaduais e locais, embora o material disponível e consultado (acervo/arquivo) é constituído apenas de notícias de caráter local. A leitura dos programas do Frente Ampla de Notícias nos proporcionou uma grande base acerca dos principais acontecimentos de Marechal Cândido Rondon no período de nossa pesquisa, bem como evidenciou as disputas políticas e empresariais existentes no município.

O projeto para criação da Rádio Difusora foi iniciado em 1963, encabeçado por Arlindo Alberto Lamb, enquanto ainda era prefeito de Marechal Cândido Rondon<sup>18</sup>. Quando Arlindo Lamb chegou<sup>19</sup> na vila de General Rondon, existia um sistema bastante precário de rádio (via autofalantes), através do Auto Falantes Guarany. Tendo recursos financeiros e sabendo da importância da atividade radiofônica na difusão e construção de consensos, Arlindo Lamb decidiu dar início ao processo de estruturação de uma emissora no município. Como a legislação da época proibia a abertura de rádios e outros meios de comunicação por uma pessoa somente, Arlindo Lamb convidou para que compusessem a sociedade Helmuth Priesnitz (que era o presidente da Câmara de Vereadores na gestão de Lamb, eleito pelo PTB), Alfredo Wanderer (então vice-prefeito, pelo PTB) e Egon Bercht (então deputado federal do PTB).

No entanto, quando a emissora já estava estruturada e funcionava em “caráter experimental”, houve a concretização do Golpe de 31 de março de 1964 e os meios de comunicação passaram a serem vistos como instrumentos que necessitavam de controle por parte do governo ditatorial. No caso de Marechal Cândido Rondon agravavam os fatos de que o município era/é área de fronteira com o Paraguai; a prefeitura era gerenciada por indivíduos filiados ao PTB (partido do Presidente da República deposto pelos golpistas); e eram estas mesmas lideranças que buscavam a criação de uma emissora de Rádio. Segundo depoimento do próprio Arlindo Lamb, passado um tempo e diante do não-andamento do processo, Arlindo Lamb teria ido à CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações) para buscar formas de liberação da emissora:

Mas eu fui de novo no CONTEL, cheguei lá e perguntei: escuta, mas o que pode se fazer pra sair uma concessão. Aí um senhor lá do CONTEL disse: “olha, você não tem um militar, desses da revolução, pra usar como pistolão?”. Digo, olha, só conheço eles pelo nome. Mas o senhor quem sabe, pode me indicar um? Aí ele disse: “olha, aqui no Rio tem um general aposentado, um general da reserva, ele era da revolução. Eu tenho quase certeza se o senhor vai procurar esse general, ele vai lhe dá uma mão”. Eu fui lá procurar esse general, o nome dele era Aloísio Contim Guimarães, procurei o endereço dele e achei ele. Cheguei lá, me atendeu muito bem. Expus a minha situação e ele disse: “eu aceito. Eu vou dar uma mão pro senhor, só eu quero participar da firma”, diz ele e sem entrar com dinheiro né. Bom, o que que eu ia fazer né, tu ia admitir ele. Aí tive que voltar pra

<sup>18</sup> Eleito pelo PTB, gestão dez.1961 a dez.1965.

<sup>19</sup> Em 1954, adquirindo mais de 20 alqueires de terra. Pela grande projeção econômica da família Lamb e pelos laços (políticos e de amizade) já existentes entre Lamb e Willy Barth, em 1956 Arlindo Lamb foi eleito vereador pelo PTB no município de Toledo, assumindo o cargo de presidente da Câmara Legislativa nos dois primeiros anos. Posteriormente, por esta mesma ligação com Barth, Lamb vai projetar-se como prefeito do recém formado município de Marechal Cândido Rondon.

casa, fazer alteração de contrato, admitir ele como sócio não é? E o processo andou normalmente né (OTTO, apud GONSALVES, 2015. p.31-32)<sup>20</sup>.

Este relato que narra as estratégias utilizadas por Arlindo Lamb para conseguir a concessão da emissora de Rádio já foi bastante utilizado pela bibliografia que situa o surgimento da Rádio Difusora. Porém ele contribui para elucidar algo que buscamos, que é demonstrar o quanto havia corrupção no período ditatorial. Arlindo Lamb conseguiu a concessão porque tinha condições financeiras de dar parte da sociedade da empresa para um general, sem contrapartida monetária. Em vários momentos na construção da pesquisa ouvimos relatos dos “apadrinhamentos” de generais que possibilitaram coisas e/ou ajudaram a livrar pessoas de problemas. Esse apadrinhamento vai exigir moeda de troca e a própria posição da Difusora em relação ao governo federal demonstra esta conciliação<sup>21</sup>. Ainda sobre os trâmites da concessão, Arlindo Lamb relata:

Um tempo depois, acho que já foi sessenta e cinco, ele me telefonou, disse, “olha Arlindo, vem aqui que eu preciso falar contigo a respeito da rádio, né?”. Eu cheguei lá, aí ele me disse, “olha, nós temos uma secretária aqui no CONTEL, ela está dando uma mão muito grande pra nós e nós precisávamos gratificar essa secretária. Mas e como é que vamos fazer”. Ah, eu não sei eu disse, eu vou deixar a seu critério. Eu acho, ele disse assim: “achava que nós tínhamos que fazer um presente pra ela”. Tá bom, eu autorizo o senhor comprar o presente, eu pago não é?. Aí ele foi e comprou um anel de brilhante pra ela, eu paguei o anel de brilhante. Essa funcionária, de fato, ela dava uma mão. Lá tinha processo de centenas, de firmas tentando concessão, diz que ela, quando o nosso processo estava no meio, estava em baixo, ela sempre tirava e botava em cima, pra ser apreciado primeiro. Ela então talvez merecia isso mesmo, né? Bem, aí correu normalmente e em primeiros dias de novembro de sessenta e seis recebi outro telefonema e ele avisou: “olha Arlindo, vem aí que saiu a concessão. Está tudo pronto aí, pode começar a funcionar”. Aí eu fui lá de novo, e aí eu cheguei lá, ele disse: “olha, está aí a concessão, está tudo, pode voltar para casa e agora pode soltar a rádio lá e fazer à vontade. Aí ele disse: mas agora eu gostaria também, nós devíamos oferecer uma janta para os funcionários do CONTEL”. Bom, eu já comprei um anel de brilhante, podemos pagar uma janta também né (OTTO, apud GONSALVES, 2015. p.33).

As citações expressam não apenas os diversos recursos empregados por Arlindo Lamb para contornar as regras como também a importância que a efetivação

---

<sup>20</sup> Entrevista com Arlindo Alberto Lamb, realizada em 04/10/2005 em Marechal Cândido Rondon pela profª Clarícia Otto para o Projeto de Pesquisa, “Patrimônio Histórico em Marechal Cândido Rondon: levantamento de imóveis, documentação, catalogação de dados e educação patrimonial”, coordenada pela Prof. Dra. Méri Frotscher. (Apud: GONSALVES, 2015).

<sup>21</sup> Marcos Smaniotto identificou exemplos da filiação político-ideológica dos responsáveis pela Rádio Difusora, reproduzindo trechos que foram veiculados pelo programa Frente Ampla de Notícias nos aniversários do Golpe de 1964, por exemplo. (In: SMANIOTTO, 2008).

da emissora tinha para o empresário, ao ponto de investir quantia considerável de dinheiro para obter a concessão da mesma. Vale lembrar que, para além do caráter político, Arlindo Lamb vislumbrava com a emissora a veiculação de propagandas comerciais das suas próprias empresas já que, como afirmou Marcos Smaniotto, Arlindo Lamb era quem mais se utilizava do então existente Serviço de Auto-Falantes Guarany (SMANIOTTO, 2008. p.260).

Em 1974, no contexto de eleições estaduais em que Werner Wanderer (ARENA 2) e Levi Martins Gomes (ARENA 1) disputaram eleitores em Marechal Cândido Rondon, Elio Winter, genro de Arlindo Lamb, comprou as cotas de Helmuth Priesnitz e Alfredo Wanderer e assumiu a direção da emissora<sup>22</sup>. Em 1988 a Rádio Difusora conquistou o canal FM e em 1994 a sociedade foi vendida para um grupo de laços políticos ligados ao PMDB, encabeçados por Alcides Waldow e Dilceu Sperafico (na época deputado federal pelo PP). Na ocasião, Elio Winter havia desistido da possibilidade de candidatar-se ao cargo de prefeito de Marechal Cândido Rondon, Arlindo Lamb já não tinha mais tanta projeção política para o cargo do executivo rondonense e a família decidiu investir o capital da empresa em empreendimentos em Curitiba, especialmente na área imobiliária<sup>23</sup>.

## **O Programa “Frente Ampla de Notícias” como evidência da criminalidade em Marechal Cândido Rondon**

Durante a leitura e fichamento do Programa Frente Ampla de Notícias, muitas foram as notícias encontradas sobre os crimes ocorridos no município de Marechal Cândido Rondon durante o período analisado. Talvez porque uma das fontes de notícias da Rádio Difusora (depois da Prefeitura) era a delegacia e o delegado era muito influente no município<sup>24</sup>. Neste sentido, para exemplificarmos estas notícias (demonstrando não só a existência, mas também a grande quantidade), construímos a tabela abaixo. Nela estão elencados alguns fatos (roubos e assassinatos) ocorridos entre 1972 e 1977. O recorte temporal refere-se a um descaminho da pesquisa<sup>25</sup>, embora identificamos que há alguns períodos em que essas notícias aparecem em maior abundância no programa. Salientamos ainda que não são todas as notícias veiculadas neste período e sim uma amostra<sup>26</sup> para identificação da existência destes fatos.

---

<sup>22</sup> Esta decisão que levou Elio Winter à direção da emissora se deu por aspectos políticos envolvendo as disputas entre ARENA 1 e ARENA 2. A postura da Rádio Difusora neste contexto eleitoral levou o diretor a quase perder a concessão da emissora em 1974.

<sup>23</sup> Assim como a assunção da direção da emissora, a venda da Rádio Difusora se deu por questões políticas, embora agora especificamente envolvendo a pessoa de Elio Winter que buscava o cargo de prefeito de Marechal Cândido Rondon, pelo PMDB, nas eleições de 1985 e acabou perdendo a candidatura na Convenção Municipal do PMDB para Ilmar Priesnitz (que se elegerá prefeito). Esta disputa dentro do próprio partido resultou em mudanças de posição por parte de Elio Winter, que permanecerá durante algum tempo almejando o cargo.

<sup>24</sup> Alberto Meier (grande proprietário de terras em Marechal Cândido Rondon e também “pioneiro” no município) foi delegado indicado durante quase todo o período de análise da tese.

<sup>25</sup> Percepção da necessidade de fichamento destas matérias quando já estávamos trabalhando com o ano de 1972 e inexistência de tempo hábil no momento para retornarmos aos volumes. 1977 refere-se ao período em que estamos analisando no momento atual da pesquisa.

<sup>26</sup> Organizada a partir dos critérios acima mencionados e a partir das notícias que nos chamaram atenção durante o levantamento de fontes.



**Tabela 1 - Notícias do Programa Frente Ampla de Notícias (Rádio Difusora) referente a roubos e assassinatos executados em Marechal Cândido Rondon-PR entre 1972 e 1977**

<b>Notícias do Programa Frente Ampla de Notícias (Rádio Difusora) referente a roubos e assassinatos executados em Marechal Cândido Rondon-PR entre 1972 e 1977</b>			
<b>nº</b>	<b>Data</b>	<b>Título/Manchete</b>	<b>Apresentação e/ou trecho da Notícia</b>
01	Vol. XVI, 14/07/1972	“Bárbaro assassinato em nossa cidade, família inteira é trucidada”	3 mulheres foram assassinadas a tiros de revólver calibre 38, com idades de 70, 35 e 17 anos (a última gestante). “Apesar dos esforços envidados pela polícia, até agora nenhuma pista que pudesse conduzir ao assassino ou assassinos”.
02	Vol. XVI, 18/07/1972	“Marechal Cândido Rondon registra mais um crime”	Homem morto a facadas em uma briga de bar. Assassino foi preso.
03	Vol. XVI, 21/07/1972	“Gatunos levam mercadorias avaliadas em 12 mil cruzeiros de firma comercial de nossa cidade”	Roubo ao Moinho Rondon Ltda. Responsáveis não identificados. No final da notícia: “E tem mais: Anda uma onda de roubos também de uso pessoal e roubo de bicicletas. Cuidado, portanto, contra a gataiada minha gente!”.
04	Vol. XVI, 12/08/1972	“Gataiada está agindo novamente na cidade”	Arrombamento e furto em duas residências da área urbana de Marechal Cândido Rondon.
05	Vol. XVI, 12/08/1972	“População cerca mato onde ladrão se refugiou e dentro da noite o mesmo foi capturado. O fato aconteceu em Margarida, ontem!”	Assalto a um bar em Margarida, realizado por dois menores. Prisão dos mesmos.
06	Vol. XVI, 23/08/1972	“Carro roubado em nossa cidade”	Roubo de carro ainda não emplacado. Ninguém foi responsabilizado.
07	Vol. XVII, 07/10/1972	“Menor furta automóvel em Quatro Pontes”	O carro roubado (chaves em seu interior), localizado em perseguição, num cerco após vários disparos da polícia. “Qual não foi a surpresa, um menino de 15 anos tinha feito a bravata e por pouco não foi atingido por um disparo. Tanto o carro como o menor detido, foram trazidos até Marechal Cândido Rondon, sendo o menor que é de Quatro Pontes, entregue ao Comissariado de Menores. Prova isso mais uma vez que, chaves dentro do carro é uma tentação. Portanto, nunca deixe as chaves no carro”.
08	Vol. XVII, 12/10/1972	“Mais um carro é roubado em nossa cidade”	“Uma gangue de ladrões de automóvel está agindo em nossa cidade e em apenas noventa dias, o segundo carro é levado sem que as autoridades possam ao menos apurar uma pista sequer. [...] E alertamos para o fato de que uma quadrilha de ladrões de automóvel está agindo na região, tomem suas precauções porque eles geralmente atacam à noite”.
09	vol. XXIV, 19/12/1975	“Três carros roubados nesta madrugada”	“[...] O acontecimento de um roubo coletivo, faz crer, segundo palavras do Delegado Maier, ser uma ação conjunta de uma gang que acabou de perpetuar o crime levando nada menos que três veículos numa só noite, deixando o povo e autoridades apreensivos. O delegado Maier, à testa da segurança, vem pedindo a colaboração do povo

			com respeito a esses acontecimentos pois o número do efetivo policial é irrisório. A população se inquieta e, ao par deste acontecimento, não tranquilizará de imediato”.
10	Vol. XXIX, 25/08/1976		Assalto ao Fórum de Marechal Cândido Rondon e roubo de 27 armas de fogo, “todas envolvidas em processos que se encontram em andamento”. Relação com o nome dos proprietários das armas que foram roubadas.
11	Vol. XXIX, 01/09/1976	“Delegado Maier, cada vez mais preocupado”	“Uma onda de roubos e outros pequenos assaltos vem preocupando o titular da Delegacia de Polícia, o sr. Alberto Maier e seus assessores diretos.[...]”.
12	Vol. XXIX, 22/09/1976	“Três furtos em três dias”	Roubo de 3 automóveis em Marechal Cândido Rondon.
13	Vol. XXX, 22/10/1976	“20 carros em 2 meses”	Roubo de 20 carros na região Oeste no período de 60 dias.
14	Vol. XXXI, 18/12/1976	“Ladrões, também em residência aqui na cidade”	Arrombamento de residência a “procura de dinheiro”.
15	Vol. XXXI, 18/12/1976	“Dois carros roubados em Marechal Cândido Rondon”	Roubo de 2 automóveis. Um é recuperado durante a fuga dos ladrões (ainda na área urbana).
16	Vol. XXXI, 20/12/1976	“Mais um carro, mostra mais uma vez que os ladrões estão agindo”	“[...] Tudo isto nos faz parecer um serviço muito bem organizado, melhor que muitas empresas, visto a facilidade com que agem, numa autêntica façanha ou gozação”.
17	Vol. XXXI, 08/01/1977	“Em 48 horas, quatro tentativas de roubo de carros no município. Três consumadas”.	Roubo de carros em Marechal Cândido Rondon.
18	Vol. XXXI, 11/01/1977	“Na calada da noite, mais um carro roubado”	“Em 6 dias, 4 carros roubados no município, 2 em Entre Rios, 1 em Iguaporã e agora mais um em Rondon, além de uma tentativa frustrada em Pato Bragado. [...] O Delegado Maier, pronunciando-se a respeito do roubo, pede mais uma vez que os proprietários defendam o patrimônio, instalando alarmes. Caso alguém não souber como armar uma cilada para os ladrões, poderá dirigir-se à Delegacia de Polícia para tomar orientações”.
19	Vol. XXXII, 28/01/1977	“Recuperado carro roubado”	“[...] O delegado Alberto Maier informou na mesma oportunidade que este é o sexto veículo recuperado dos 21 que foram roubados no nosso município”.

**Autoria:** RAUTENBERG, Edina, junho de 2021.

Como podemos perceber na tabela acima, os crimes existiram em Marechal Cândido Rondon durante a Ditadura. Percebemos não só a existência de assassinatos (3 mulheres na notícia 01; um homem morto a facadas em uma briga de bar, na notícia 02), mas de furtos no geral: na notícia 03 o roubo de uma empresa comercial e a indicação da frequência de roubos de bens de uso pessoal e de bicicletas; na notícia 04 o arrombamento de 2 residências na área urbana; na notícia 05 o assalto a um bar; e a intrigante notícia 10, na qual faz-se referência a um roubo ao Fórum de Marechal Cândido Rondon, ocorrido em agosto de 1976, no qual foram levados 27 armas de

fogo, “envolvidas em processos que se encontram em andamento”<sup>27</sup>. Este último aspecto, evidencia não só o fato de parte da população rondonense andar armada (o que sugere a presença do “perigo constante”, entendido como possibilidade de assaltos e necessidade de defesa privada do patrimônio), mas também da vigilância policial no que se refere a tentativa de desarmar a população<sup>28</sup>. Por fim, é alta a quantidade de furtos de automóveis no período: 06 carros roubados entre agosto e dezembro de 1972 (notícias 06, 07, 08 e 09); 03 carros roubados em 3 dias em setembro de 1976 (notícia 12); 20 carros roubados em 2 meses, contabilizando a região Oeste do Paraná (o que evidencia que a criminalidade não era específica do município), na notícia 13; se repetindo na notícia 15, 16, 17 e 18. Os roubos aconteciam sempre “sem que as autoridades possam ao menos apurar uma pista sequer”, comprovando que o “número do efetivo policial é irrisório”, causando a impressão de que os criminosos cometem tais atos “numa autêntica façanha ou gozação” “pela facilidade com que agem”, e apelando, diante da impossibilidade das autoridades policiais conter os roubos, que “os proprietários defendam o patrimônio”.

Percebemos na análise das notícias do Programa Frente Ampla de Notícias, que a Rádio Difusora sempre buscou apresentar em suas notícias a falta de estrutura para contenção da criminalidade em Marechal Cândido Rondon (até mesmo para justificar a existência dos crimes e não responsabilizar o delegado pela não responsabilização dos culpados). No entanto, em nenhum momento as notícias relacionaram o fato com uma política mais ampla, de descaso, falta de investimento público e a própria conjuntura econômica que levaria muitas pessoas à prática do roubo. Além disso, em alguns momentos há uma indução, por parte da emissora, de que o aumento da criminalidade seria resultado de uma falta de ética e moral individual, como podemos constatar na notícia abaixo:

Pelo noticiário de qualquer jornal ou qualquer meio de divulgação, seja Rádio, Televisão ou cinema, é alarmante a quantia de roubos, assaltos e mortes estúpidas que se registram! Afinal, o que significa isso? Até o nosso pequeno município **seguidamente** registra casos de pasteiros, passadores do conto do pacote, assaltantes, fofocas, inquéritos e mais inquéritos na polícia! Será que o homem perdeu completamente o seu senso de responsabilidade? Acredito que uma análise sobre o porquê trará muitas respostas, não, no entanto, a solução do problema! **O fato é que ninguém está seguro ao trafegar tanto na cidade como no interior.** [...] Hoje em dia deve-se ter dois bons sentidos: o primeiro em não roubar e o outro em não ser roubado! [...] (Frente Ampla de Notícias, vol. XVI, 07/07/1972. Grifos meus).

Intitulada “E ontem, mais dois assaltos”, a notícia evidencia a constância dos roubos e assaltos em Marechal Cândido Rondon. Isto pode ser percebido nas palavras grifadas da citação. Além disso, percebe-se que a grande criminalidade gerava um clima de insegurança por parte da população (o que não é lembrado/evidenciado atualmente, conforme argumentávamos no início deste texto). Ao dizer que as pessoas

<sup>27</sup> Este fato exigiria aprofundamento de análise, porém não seria possível dentro dos limites deste texto.

<sup>28</sup> Sobre isto, retornaremos adiante, na sequência deste texto.

precisam ter “dois bons sentidos” (não roubar e não ser roubado), novamente a emissora atribui aos indivíduos a necessidade de usar a razão e a sabedoria para tomar atitudes que visassem impedir o roubo, preestabelecendo que quem rouba e quem é roubado não tomariam ações de acordo com as regras e costumes estabelecidos e adequados aquele contexto.

Nesta dinâmica de atribuir ao indivíduo a responsabilidade de garantir a sua segurança e a segurança dos seus bens materiais, o Programa Frente Ampla de Notícias apresentava o “manual” com instruções de como evitar o roubo de automóveis. Segundo a notícia,

Acompanhando instruções de autoridades que alertam através da imprensa, vamos apresentar novamente para nossos ouvintes, diversas sugestões de como evitar o roubo de carro. / Dizem que o que está na moda não incomoda, mas ver-se roubado, é moda que incomoda, e como! / Prestem atenção e procurem seguir as nossas instruções: 1º- Viaje sempre com as portas trancadas, com trava de segurança interna; 2º- Retire a chave de contato, mesmo que seja para trocar um pneu furado; 3º- Viagem com os vidros fechados deixando uma pequena abertura para ventilação; 4º- Quando for para uma cidade, procure um local para estacionar responsável, chaveie vidros, porta-malas e capô. Não deixe documentos no veículo e nem tão pouco objetos sobre o assento; 5º- Nunca entregue seu carro para ser levado por pessoas desconhecidas; 6º- Quando em sua residência, mesmo que seja por alguns momentos, deixe seu carro na garagem; 7º- Evite parar a noite em local pouco iluminado; 8º- Ao chegar em sua residência e notar pessoa estranha e suspeita, não pare, comunique a autoridade; 9º- Utilize todos os meios disponíveis para evitar a ação dos ladrões, tais como: trava de segurança, interruptores elétricos, interruptor de gasolina, chave geral, etc. / Agora o principal, nunca deixe seu carro funcionando e vá comprar cigarros ou tomar um refrigerante ou bater um papo. Geralmente pessoas que assim procedem ou é por falta de arranque ou confiam demais neste mundo. O melhor mesmo é não ter carro, estes não se incomodam (Frente Ampla de Notícias, vol. XVI, 13/09/1972, p.220).

Ao dizer que os roubos ou ser roubado era “moda” no período, a notícia evidencia que o roubo de veículos era um hábito que estava em voga em Marechal Cândido Rondon. Também aponta para o fato de que a modernização agrícola, vivenciada no município a partir dos anos 1970, permitiu a aquisição de automóveis por alguns empresários do município (sinônimo de modernidade), porém, ao mesmo tempo em que trouxe o consumo, evidenciou/agravou a desigualdade social e atraiu indivíduos que passaram a adquirir automóveis a partir do crime. Para além das instruções/precauções de como evitar ser roubado, a emissora chega a concluir que o melhor era “não ter carro”, já que só isto evitaria a possibilidade de perda do mesmo. Em nenhum momento da notícia é sugerido uma ação policial mais efetiva e nem se questiona o porquê destas ações não estarem acontecendo. Novamente, é mais fácil

atribuir ao indivíduo a responsabilidade pela sua segurança do que indicar/cobrar que os verdadeiros responsáveis o fizessem.

No dia 19/09/1972 há uma notícia semelhante (de também uma página inteira), falando em como os rondonenses deveriam agir para evitar assaltos em residências e como reagir caso isso acontecesse. Também orienta como as mulheres deveriam reagir caso fossem abordadas sozinhas a noite.

### **Ausência de segurança, excesso de vigilância: os arrastões visando a identificação dos indivíduos presentes em Marechal Cândido Rondon**

Se por um lado os roubos aconteciam sem serem identificadas pistas dos infratores e/ou a polícia local não dava conta de ações mais efetivas para evitá-los ou punir os responsáveis, por outro lado foram frequentes as notícias dos “Arrastões”<sup>29</sup> realizados visando a identificação dos sujeitos e a penalização daqueles que andassem sem documento de identificação. Segundo notícia de 20/09/1972,

Na noite de ontem, a Quarta Cia. Policial Militar, comandada pelo Capitão Toniolo, assessorado pelo Sgto. Figueredo, Cabo Wilson, oito soldados e mais um Comissário de Menores, nosso companheiro Adalberto, foi realizado a Operação Arrastão, abrangendo os distritos de Curvado, Iguaporã, Pato Bragado, Margarida e Marechal Cândido Rondon. Acima de cinquenta pessoas foram encontradas em situação irregular quanto a documentos pessoais e os mesmos foram intimados a comparecerem na D.P. para esclarecimentos. Três indivíduos foram presos, dois por suspeita de homicídio e um por porte ilegal de armas.

As batidas serão continuadas em dias e horários incertos e visam principalmente pescar os indivíduos sem ocupação, sem morada certa, sem documentos e acima de tudo prevenir e zelar pela segurança dos moradores de Marechal Cândido Rondon. Portanto voltamos a recomendar: ao saírem de casa, tragam seus documentos, para que possam provar que são brasileiros (Frente Ampla de Notícias, vol. XVII, 20/09/1972, p.4).

Percebe-se que a ação tomada para “prevenir e zelar pela segurança dos moradores de Marechal Cândido Rondon” era identificando e prendendo os “indivíduos sem ocupação, sem morada certa”, numa ação indiscriminada que estabelecia como criminoso todo cidadão que não portasse documento de identificação. Além disso, cabe ressaltar que quem define o que é um crime e quem é “criminoso” são justamente estes elementos que ocupam cargos de direção dentro do Estado capitalista, cujas diretrizes vão se moldando de acordo com as diferentes

---

<sup>29</sup> A palavra “arrastão” frequentemente é usada para se referir a assaltos coletivos, em que um grupo de pessoas aborda uma ou mais pessoas no decorrer do caminho. Porém, de acordo com o dicionário, também pode ser entendido como “cordão composto por pessoas que, de braços dados, se juntam para expulsar outras pessoas de algum lugar”. No caso em questão, eram ações desencadeadas pelo Departamento de Polícia de Marechal Cândido Rondon onde eram realizadas abordagens generalizadas em direção ao público geral de uma determinada localidade.

conjunturas históricas (no caso do período, a preocupação com os “inimigos internos” do regime militar).

Novo “arrastão” foi noticiado em 24/09/1972, desta vez nos então distritos de Novo Três Passos, Mercedes, Quatro Pontes, Novo Horizonte e na área urbana de Marechal Cândido Rondon. Como resultado: 90 pessoas sem documentos tiveram que se apresentar no D. P. para averiguações; 06 pessoas foram presas por portarem armas e 01 preso por estar armado e reagir contra a polícia; 04 menores “foram encontrados jogando, sendo entregues os mesmos para os Comissários de Menores”; e 02 veículos foram apreendidos por estarem com a documentação ilegal.

Se no “arrastão” de 20/09/1972 foram presos dois “suspeitos de homicídio”, no de 24/09/1972 não há nenhuma indicação de crime para as 90 pessoas que foram levadas para a Delegacia por não portarem documento de identificação. Por fim, 06 pessoas foram presas por portarem armas. Como analisamos (após a disponibilização da tabela 1 com a notícia 10 que falava sobre o roubo de 27 armas que estavam sob guarda do Fórum de Marechal Cândido Rondon), parece ser comum o porte ilegal de armas entre os rondonenses durante o período analisado. Apesar de a legislação da época prever como crime andar com arma de fogo fora de casa (decreto-lei nº 2.848, de 1940), a lei não era cumprida por alguns moradores da localidade, aspecto que revela não só determinada mentalidade de “fazer justiça” com as próprias mãos, mas que também vem a corroborar com nossa tentativa de demonstrar que a insegurança era presente entre os moradores de Marechal Cândido Rondon durante o período da Ditadura, já que achavam necessário se armar para garantir sua segurança.

Ainda sobre os “arrastões”, é importante destacar que os mesmos eram feitos graças à disponibilização de viaturas e motoristas cedidos pela Prefeitura de Marechal Cândido Rondon, já que o efetivo policial era insuficiente e os mesmos não tinham viaturas para tal. Em operação realizada pela polícia em 26/09/1972, a emissora elogiava:

Nota dez deve ser dado a Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon que não mede esforços em ceder seus carros para o patrulhamento em nossa cidade, seja no aspecto policial ou para os Comissários de Menores que também não recebem vencimentos e passam até altas horas da noite patrulhando a cidade e interior do município para a formação de uma juventude saia moralmente (Frente Ampla de Notícias, vol. XVI, 26/07/1972, p.123).

Diante da negligência federal e estadual, a Prefeitura Municipal atuou garantindo estrutura mínima para que fossem realizadas ações que atendessem minimamente a demanda da população e evidenciassem a presença do setor repressivo em Marechal Cândido Rondon, se não garantindo a segurança dos moradores, realizando ações que se enquadrassem nas normas gerais estabelecidas pela Ditadura.

## **A atuação dos aparelhos da sociedade civil organizada (e da Rádio Difusora) na busca de recursos privados que garantissem a “segurança” em Marechal Cândido Rondon**

Como vimos nos últimos parágrafos do tópico anterior, mesmo com um Estado militarizado, havia certa negligência (e falta de dinheiro) governamental no que se refere a recursos mínimos para funcionamento das estruturas repressivas dentro de Marechal Cândido Rondon. Nos levantamentos do programa Frente Ampla de Notícias, encontramos várias notícias em que se falava da utilização de carros de particulares e/ou da prefeitura para atendimento de ocorrências policiais nas regiões mais distantes do centro, da falta de funcionários e/ou da precariedade da cadeia pública que não garantia a prisão dos detentos. Interessante que esta precariedade de recursos ocorria em um contexto onde o Estado brasileiro aperfeiçoava suas técnicas de investigação, repressão e desaparecimentos de “inimigos políticos internos”. Como veículo de comunicação de considerável alcance dentro do município, a Rádio Difusora tomou a iniciativa de conclamar os ouvintes para, na falta de dinheiro público, arcarem particularmente com valores para propiciar a compra de um veículo para uso policial. Ou seja, para garantir a “segurança” não propiciada pelo Estado, os indivíduos deveriam fazê-lo por sua própria conta.

Na edição de número 1374 (possivelmente 28 ou 29 de setembro de 1971)<sup>30</sup>, a emissora chamava a atenção para a necessidade de uma viatura para a Polícia de Marechal Cândido Rondon, pois os policiais tinham dificuldades para locomover-se pelos interiores e atender as ocorrências com agilidade. Segundo a rádio Difusora, “Se o Estado não tiver condições de dar uma viatura para a Polícia, vamos os moradores da cidade, e do interior, através de promoções comprar uma condução para evitar que os bandidos atirem pó na cara dos policiais e estes fiquem a ver navios, ou com uma raiva!” (Frente Ampla de Notícias, 28 ou 29/09/1971, vol. XIII, p.195). Além de justificar a ineficiência policial, a emissora legitima a possibilidade de coerção violenta por parte dos policiais aos bandidos, já que os mesmos gerariam humilhação aos policiais (entendido a partir da palavra “raiva”).

Em 02/10/1971, a Rádio Difusora anunciou a viagem do prefeito Dealmo Poersch a Curitiba, para reunião com o Governador do Estado, “onde tratará vários assuntos e também sobre o angustiante problema de uma viatura para polícia e a construção de uma cadeia civil”. É interessante a citação que segue, pois nela a emissora deixou muito clara a sua concepção e o seu papel de influenciador da opinião e organizador da sociedade:

Marechal Cândido Rondon é um município rico em todos os aspectos. Possui um povo ordeiro e trabalhador e volta e meia é alvo de um conto do dote, e mesmo assalto a mão armada. De uma coisa os senhores podem ter certeza, os meliantes que estão agindo nesta região, não são elementos do município, nem tão pouco da região. Acontece que nos centros maiores, a polícia possui carros rápidos, com serviço de rádio no interior do próprio carro, o que faz policiais

---

<sup>30</sup> Não há referência da data no cabeçalho. Previsão estimada de acordo com as publicações anteriores e posteriores.

estar em maior contato entre si e o ladrão se vê mal, e por isso desloca-se para o interior e é claro que não irá procurar lugar pobre. Nosso município de maneira alguma pode ser considerado pobre, o que por certo atrai, tem atraído e atrairá elementos perturbadores, que para ganhar a vida, usam da violência, ou da astúcia para roubar o desprevenido. Meus amigos, se nada de positivo for conseguido nesta viagem do prefeito a Capital do Estado, eu pessoalmente farei desencadear uma campanha, com apoio da direção geral da Difusora, no sentido de comprarmos, com moradores da cidade e do interior, uma condução e construiremos uma cadeia pública mais decente do que a atual existente em nossa cidade. O marginal, o bandido, mesmo sendo um desajustado da sociedade, não deixa de ser um ser humano e como tal deve ser tratado. Tenho tudo planejado, como fazer para levantar os fundos nesta campanha, dependendo somente das pessoas que pedirei para nos auxiliar e da compreensão das autoridades, dando uma cobertura irrestrita. Será nomeada uma comissão de fiscalização, campanha quanto ao aspecto financeiro e depositado em banco. Desde já o apelo para que colaborem. Daremos maiores detalhes nos próximos noticiários (Frente Ampla de Notícias, 02/10/1971, vol. XIII, p. 215-216).

A edição do dia 02/10/1971 estava sob direção geral de Arlindo Lamb (proprietário da Rádio Difusora). No cabeçalho encontramos referência à Adalberto Schmid como o redator, compilador e locutor das “notícias locais, regionais e do estado”. Como se lê no parágrafo acima, a criminalidade era frequente em Marechal Cândido Rondon (cujos habitantes “volta e meia” eram alvo de um “assalto a mão armada”), embora, de acordo com a Rádio Difusora, os criminosos não seriam de origem rondonense<sup>31</sup> e visariam o município pelo fato dele ser rico economicamente e inexistir uma estrutura repressiva eficiente. Percebe-se que o redator/locutor do programa Frente Ampla de Notícias reivindicou para si o ato de organização (“eu pessoalmente farei”, “tenho tudo planejado”), e afirmou contar “com o apoio da direção geral da Difusora”. Ou seja, a emissora atuava não só na publicização das notícias e na formação da “opinião pública” sobre o assunto, mas encaminhava de forma aberta para ações a serem tomadas. Por fim, novamente é reforçado o levantamento particular de recursos financeiros, mas chama a atenção que até para isto foi solicitada a “compreensão das autoridades”.

Em 10/11/1971, ao falar do regresso do prefeito municipal, Dealmo Poersch, de Curitiba, estão entre as “conquistas”:

Para satisfação, podemos afirmar que o Prefeito conseguiu da Segurança Pública dois Jipes ano 1964 e que estarão em nossa cidade na próxima semana. Estes dois Jipes não estão em perfeitas condições, necessitando de pequenos reparos, o que deverá ser feito em nossa cidade. Sugerimos uma campanha para arrecadar este

---

<sup>31</sup> Este aspecto foi frequentemente identificado nas notícias que tratavam dos crimes em Marechal Cândido Rondon. O programa sempre procurou argumentar (e tentar provar em alguns momentos), que os criminosos eram todos de outros municípios e estados, buscando reforçar que a índole dos rondonenses (mesmo os não nascidos aqui), impossibilitaria o cometimento de tais atos.



dinheiro, através dos clubes de serviço, no caso Rotary e Lions. A Difusora se prontifica a colaborar com a campanha, e aguarda o pronunciamento dos interessados (Frente Ampla de Notícias, 10/11/1971, vol. XIII, p. 266).

Ou seja, depois de grande mobilização e trabalho do prefeito Poersch junto ao governo estadual, o município de Marechal Cândido Rondon ganhava dois veículos para auxiliar no policiamento. No entanto, eles vieram em tão precárias condições que necessitavam reparos e cujo pagamento não teria sido ofertado pelo governo.

No caso em questão, percebemos novamente o Estado em sua ampliação. “O Estado é o sujeito da iniciativa político-cultural, mesmo agindo, como sabemos, seja por meio de canais explicitamente públicos, seja por meio de canais aparentemente privados” (LIGUORI, 2007, p.22). Além disso, ao compreendermos a polícia em seu sentido amplo (e a partir de uma perspectiva gramsciana), de não apenas um serviço estatal destinado à repressão da delinquência, “mas também do conjunto de forças organizadas pelo Estado e pelos indivíduos privados para proteger o domínio [político e econômico] da classe dirigente” (GRAMSCI, apud LIGUORI, 2007, p.26), faz sentido entender por que a sociedade civil é aclamada para atuar como polícia, seja no caráter repressivo ou no caráter investigativo.

Através da mobilização da Rádio Difusora, apelando recursos financeiros junto à população rondonense e articulando importantes lideranças econômicas e políticas via Rotary e Lions Clube, os aparelhos privados de hegemonia (Rádio Difusora, Rotary e Lions) atuaram não apenas na criação de consensos, mas na direção de ações concretas (obtenção das viaturas). Afinal, são nestes aparelhos que se reúnem os maiores interessados em proteger a sua propriedade privada que estaria sendo ameaçada pela ação dos criminosos.

## **A negligência intencional das polícias quanto a alguns crimes cometidos no Oeste do Paraná: o caso dos corpos boiando no Rio Paraná**

Se por um lado havia falta de estrutura mínima para um combate ao crime mais efetivo por parte das autoridades policiais de Marechal Cândido Rondon, verificamos que em alguns casos a não investigação dos crimes foi resultado de uma política mais ampla visando a não responsabilização dos autores dos crimes e/ou até mesmo a não identificação das vítimas. As notícias que serão analisadas neste tópico não se referem às autoridades policiais do município de Marechal Cândido Rondon (e sim de Guaíra, município vizinho, distante aproximadamente 65 Km), mas refletem uma dinâmica que possivelmente pode ser ampliada para todos os municípios ribeirinhos do Rio Paraná.

Nos levantamentos do Frente Ampla de Notícias, nos chamou a atenção o fato de que por vários dias, em dezembro de 1971, a Rádio Difusora noticiou um provável suicídio de um jovem de 18 anos que teria se atirado nas quedas existentes no Rio Paraná, no município de Guaíra<sup>32</sup>. O caso alcançou grande repercussão pois o pai do rapaz (Breno Joris) era funcionário honorário da Indústria e Comércio Rainha do

---

<sup>32</sup> Trata-se das “Sete Quedas” que foram inundadas com a formação do lago de Itaipu e que geraram um grande prejuízo ambiental e econômico para o município de Guaíra.

Sertão, cujo diretor era Irio Jacob Welp<sup>33</sup>, um influente empresário de Marechal Cândido Rondon. A questão em debate no noticiário era o fato de não terem encontrado o corpo do jovem. Além das autoridades brasileiras, estariam trabalhando no caso a Marinha Paraguaia, que “empreendeu a busca, atendendo o pedido da família e da polícia costeira da Marinha Brasileira” (Frente Ampla de Notícias, vol. XXIV, 10/12/1975).

No dia 10/12/1975, encontramos a notícia: “Pescadores não resgatam corpos de afogados por causa da complicação”. Reproduzimos abaixo a notícia na íntegra:

Foi isso o que disse o pescador que afirmou ter visto o corpo de um jovem claro, cabelos loiros compridos e de calção que passou boiando no rio Paraná, isso ainda no sábado. **Pescadores fazem vistas grossas quando da passagem de corpos de pessoas mortas por afogamento, alegando como causa principal a complicação com as autoridades.** A última vez que pescadores da região de Oliveira Castro retiraram os corpos d’água foi há 6 meses e, depois de entregarem o caso a polícia, **se viram envolvidos, tiveram que pagar custas, diligências e tudo mais e até as despesas com sepultamento.** Assim e desta forma, a família Jóris, continua hoje, há seis dias da data que foi constatado o desaparecimento do jovem Alfeu, pedindo insistentemente aos pescadores e pessoas que moram à região ribeirinha ao canalão do Paraná, para que informem autoridades ou familiares caso seja constatado o aparecimento do corpo do jovem suicida. Assim, continua na estaca zero o caso do desaparecimento de Alfeu Joris (Frente Ampla de Notícias, vol. XXIV, 10/12/1975).

Ao dizer “pessoas mortas” no plural, temos o indício de que o fato ocorria com frequência na região. Isto já havia sido constatado por nós durante a trajetória de pesquisa de doutorado, em conversas informais junto a moradores de Porto Mendes que viveram durante o período<sup>34</sup>. Apesar de o texto dizer que a causa das mortes era “por afogamento”, a não recolha dos mesmos e a não realização de necrópsias, impossibilita a identificação real da causa da morte, o que abre margem para uma série de possibilidades, inclusive de que as mortes possam ter ocorrido sob responsabilidade das próprias instâncias repressivas do Estado, vide a quantidade de mortos e desaparecidos políticos durante a Ditadura. Ao dizer que os “pescadores fazem vistas grossas” para evitar “complicação com as autoridades” e que, quando recolheram os corpos e os entregaram para a polícia, tiveram prejuízos financeiros, a emissora transparece que havia uma intencionalidade das autoridades policiais para que não fossem identificados os corpos e para que não se abrissem investigações para apurar os motivos da morte (que poderiam tanto ser por crimes no geral – embora isto não justificasse a negligência do mesmo –, quanto um crime político).

---

<sup>33</sup> Irio Welp veio para Marechal Cândido Rondon em 1960, atuando inicialmente como um dos corretores da Colonizadora MARIPÁ. Ainda na década de 1960 tornou-se destaque na economia rondonense pela empresa de torrefação de café e venda de balas e café.

<sup>34</sup> Que inclusive relataram ser comum os próprios policiais responsáveis pelo distrito tirarem/roubarem dos corpos joias (como relógio, anéis, correntes) e a carteira, caso houvesse, o que dificultava (propositalmente ou não) a posterior identificação dos corpos.

Aliás, a ação de negligenciar mortes e a política de desaparecimento de corpos não foi uma prática comum apenas da Ditadura Brasileira (como demonstram a farta bibliografia sobre<sup>35</sup>, mas que constatamos também no noticiário do Frente Ampla de Notícias). Na edição seguinte, em 12/12/1975, é possível visualizar a notícia da chegada de um “comunicado procedente da Argentina” de que teriam encontrado dois corpos: um em Porto Lucena e outro em Córdoba. Eles teriam sido retirados da água e enterrados. A Rádio Difusora cogita a possibilidade de ser o jovem desaparecido, já que “a velocidade das águas que correm pelo Paraná abaixo, poderiam desde sábado passado, ter levado um corpo para as costas da Argentina” (Frente Ampla de Notícias, vol. XXIV, 12/12/1975). No meio da notícia, a emissora novamente faz referência ao pescador que teria visto o corpo boiando e solicita que os pescadores recolham os corpos para auxiliar na busca: “As buscas continuaram infrutíferas e, o apelo incessante aos pescadores para que informassem sobre o aparecimento de corpo de pessoa afogada **pois, não raras as vezes, isso acontece**” (Frente Ampla de Notícias, vol. XXIV, 12/12/1975. Grifos meus).

Se os corpos boiando eram vítimas da ação de bandidos comuns, comprovam que havia criminalidade durante a Ditadura. Se os corpos boiando eram vítimas de instâncias repressivas do Estado (tanto por motivos políticos quanto por morte indiscriminada), há uma grave violação aos Direitos Humanos desencadeada por estas instâncias. Indiferente das motivações, vale reforçar que o caso indicou que havia uma negligência intencional das polícias quanto alguns crimes cometidos no Oeste do Paraná.

## **Ausência de segurança, excesso de vigilância: a atuação do DOPS em Marechal Cândido Rondon**

Para concluir este texto e completar nossa reflexão, passaremos rapidamente a analisar alguns casos que evidenciam a atuação do DOPS em Marechal Cândido Rondon. Para isto, utilizaremos algumas notícias encontradas no programa Frente Ampla de Notícias, e parte da documentação encontrada no DOPS-PR, pasta “Marechal Cândido Rondon”<sup>36</sup>. O objetivo é mostrar que, enquanto havia deficiência na estrutura policial que garantia a segurança pessoal dos indivíduos e a segurança do patrimônio dos indivíduos, sobrava estrutura no que se refere à segurança da Ditadura, já que a polícia política atuava de forma intensa na tentativa de identificar e punir aqueles que demonstrassem a mínima inclinação à oposição ao governo instituído.

O Departamento de Ordem Política e Social – DOPS é uma das mais antigas polícias políticas brasileira, criada em 1924. A partir de 1964, o DOPS se tornou um “instrumento valioso, por ter apoio da elite econômica, técnicos capazes de monitorar a dissidência política e o mais estruturado arquivo do país”. Contava com policiais

---

<sup>35</sup> Vide os dossiês produzidos pelas comissões de investigações dos Mortos e Desaparecidos Políticos, o material produzido pela Comissão Nacional da Verdade, entre outros.

<sup>36</sup> O acervo do DOPS é composto por mais de 47 mil fichas individuais e 3,7 mil pastas temáticas, “sendo o primeiro do país a ser aberto para a pesquisa ainda no ano de 1991, quando o governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, decretou o fechamento da referida Delegacia”. (ZAPARTE, 2011, P.13). O material pode ser consultado em parte através do site “Memórias Reveladas”, no ícone “Banco de Dados”. Disponível em: Página inicial (memoriasreveladas.gov.br).

experientes em interrogatórios e tortura e no uso de informantes (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, P.163. Como demonstra Andréia Zaparte, “a atuação da DOPS pautou-se, em todos os momentos históricos, desde o seu surgimento, por manter o controle sobre a população, um controle político, social e, muitas vezes, inclusive, econômico e cultural, legitimado pelo poder do Estado” (ZAPARTE, 2011, p. 20). Segundo Zaparte, a polícia política sempre esteve presente, “não apenas em períodos ditatoriais, mas também em períodos considerados democráticos [...] para investigar e punir aqueles que de alguma forma se postavam contrários ao sistema estabelecido” (ZAPARTE, 2011, p.45).

Uma das primeiras notícias encontradas no Frente Ampla de Notícias falando sobre a atuação do DOPS em Marechal Cândido Rondon foi em abril de 1968. No final de abril de 1968 estiveram em Marechal Cândido Rondon, Carlos Alberto Moro (Secretário de Educação do Paraná) e Jaci Machado de Oliveira (Secretário Executivo da Geplanepar), para inauguração de conjuntos escolares construídos em parceria com o governo estadual, na sede municipal, e nos então distritos de Porto Mendes e Mercedes Velha. A visita foi fartamente noticiada pelo programa Frente Ampla de Notícias, já que seria a primeira vez que o município receberia um secretário de Estado. Quando da visita, Carlos Alberto Moro recebeu o título de “Cidadão Honorário” de Marechal Cândido Rondon, e Jaci Machado de Oliveira recebeu o título de “Cidadão Benemérito”, pelos serviços prestados ao município. No dia 29/04/1968, o programa trouxe vários relatos da visita, porém, e em uma das notícias, encontramos o título “Um fato que recebeu repúdio geral”, onde lê-se:

Todas as pessoas que passaram pelo estádio do Botafogo sábado pela manhã, ao dirigir-se ao campo da aviação, **ficaram surpreendidas** ao ler uma inscrição feita a cal no Taboado que cerca o referido estádio. A referida inscrição dizia em letras garrafais: **Bibliotecas sim, Quartéis não**. O fato **causou mal estar geral**, já que acompanhava a caravana um ilustre militar que era o coronel Arídio comandante do 1º Batalhão de Fronteiras e pessoa que não cansa de afirmar sua simpatia para com o nosso município dizendo sempre que em Marechal Cândido Rondon se sente bem por constatar tratar-se de **um povo trabalhador e bom, e acostumado a ter em alto respeito ao regime e as instituições vigentes**. Soubemos ontem que o autor ou autores já estão identificados e seus nomes já foram **comunicados à delegacia de ordem política e social em Curitiba para as devidas providências**. O coronel Arídio reconheceu em palestra com as autoridades locais, que aquele Slogan **não representa o pensamento do povo rondonense** mas que deve ser manifestação **de recalque de alguém** que ainda não se deu conta das conseqüências que esse ato poderia representar. E nós da reportagem **subscrevemos integralmente o pensamento daquela ilustre personalidade, lavrando de público nosso repúdio à tal fato**. Certamente na reunião de hoje à noite da diretoria do Botafogo, essa briosidade esportiva irá manifestar-se reagindo contra o uso de sua propriedade para fins que são **considerados subversivos** e reafirmando que o estádio não se presta para esses fins escusos (Frente Ampla de Notícias, 29/04/1968, vol. IV, p.116. Grifos meus).

Muitos elementos chamam a atenção nesta notícia. Primeiramente, a tentativa da Rádio Difusora de caracterizar todos os rondonenses como favoráveis à Ditadura. Segundo, a retratação da ação como sendo “recalque de alguém”, como se exigir mais educação e menos repressão fosse algo absurdo de se propor. Terceiro, a repressão ao fato: uma pichação feita com cal rendeu uma indicação de “subversão” ao DOPS de Curitiba que possivelmente<sup>37</sup> tenha averiguado os responsáveis. Por fim, o endosso da emissora, afirmando que o pedido pichado na parede “não representa o pensamento do povo rondonense”, repudiando o fato e praticamente exigindo que a direção do clube esportivo onde havia sido feito a pichação também o fizesse.

No dia seguinte, 30/04/1968, a emissora divulgou a confecção de um ofício encaminhado pelos dirigentes do Esporte Clube Botafogo ao delegado de polícia, fruto de reunião realizada na noite anterior, onde “um dos principais assuntos ventilados foi sobre um ato pouco louvável de parte de alguns elementos, que pelo gesto praticado, tornaram-se repudiados entre a massa social. Dada a decisão, a diretoria do Esporte Clube Botafogo resolveu retomar o caso, para deixar em pratos limpos” (Frente Ampla de Notícias, 30/04/1968, vol. IV, p.117). Aparentemente o ofício foi lido na íntegra pela emissora, já que esta afirma possuir uma cópia do mesmo e consta entre parênteses e em letras garrafais a frase “ler o ofício”. Infelizmente o mesmo não se encontra anexado na documentação. Ao final da notícia, a emissora acrescentou: “Continuamos ainda dando o nosso apoio integral à movimentação do Esporte Clube Botafogo, demonstrando vivamente por esta nota e nota anterior o nosso **repúdio total**, aos escritores de uma frase que **muito chocou o meio social rondonense**” (Frente Ampla de Notícias, 30/04/1968, vol. IV, p.117. Grifos meus).

“Bibliotecas sim, Quartéis não”. Esta seria a frase que “muito chocou o meio social rondonense”. Lembramos que se tratava da visita do Secretário da Educação para inauguração de escolas em Marechal Cândido Rondon. O repúdio se deu pelo ato em si e porque o fato não era uma atitude comum de se ver no município, tendo em vista a não visibilidade dos opositores. Mas indica que, mesmo sem termos conseguido saber os responsáveis pelo ato, havia oposição no município. A menção aos quartéis talvez se explica pelo fato de que no mês anterior (março de 1968) a Rádio Difusora trouxe várias notícias sobre as negociações entre o então prefeito de Marechal Cândido Rondon, Werner Wanderer, e diferentes autoridades da Polícia Militar do Estado do Paraná para construção de um quartel para cento e oitenta soldados da Polícia Militar no município, “com vistas a salvaguardar melhores dias para a tranquilidade deste povo ordeiro, mas que necessita de policiamento, uma vez que é o município dentro do Paraná de maior fronteira com o país vizinho, que é o Paraguai” (Frente Ampla de Notícias, 28/03/1968, vol. IV, p.38).

Por fim, um elemento que nos impulsionou a trabalhar com o tema “Ditadura” em Marechal Cândido Rondon na pesquisa de doutorado, foi o controle que o DOPS tinha sobre os professores do município. Já havíamos levantado junto a um Colégio Estadual do município<sup>38</sup>, documentação que evidenciava as formas de controle e

---

<sup>37</sup> Não encontramos no Arquivo Público do Paraná, ou no Banco de Dados Memórias Reveladas, nada que se referisse ao acontecimento.

<sup>38</sup> Trata-se do Colégio Estadual Eron Domingues. O colégio foi fundado em 1958, com o nome de Escola Normal Regional General Rondon. O acervo é constituído por documentos escolares/administrativos e foi organizado graças ao trabalho realizado por uma equipe do colégio quando da ocasião da comemoração dos 50 anos de existência do

relacionamento dos educandários com a Ditadura. Entre a documentação, estavam comprovantes de telegramas enviados ou recebidos do DOPS; atestados de idoneidade moral de professores e solicitações de que estes tivessem atestados do DOPS antes de entrarem em sala de aula; solicitação de informações recebidas; relatos de atividades patrióticas; etc.

O fato também foi constatado no levantamento do Frente Ampla de Notícias, quando, em 1976, a Rádio Difusora alertava para a necessidade de os professores providenciarem sua documentação junto ao DOPS, para garantia de trabalho naquele ano letivo. Segundo a notícia,

Professores da área de Moral e Cívica e professores novos devem providenciar com urgência o atestado que é fornecido pela Delegacia de Ordem Política e Social, o DOPS. Este documento é extremamente necessário e que deverá dar entrada na Inspetoria Regional com bastante antecedência às aulas neste exercício. A área de Moral e Cívica torna obrigatório que o professor esteja em dia com suas obrigações, **comprovando que nada existe sobre sua pessoa**, o mesmo acontecendo com os novos professores à se integrarem ao quadro do magistério. É fato importante que os **professores sejam triados dentro da maior responsabilidade**, assim como é importante providenciar com a máxima brevidade o documento. Todas as demais informações com respeito ao que foi divulgado, os professores interessados obterão na sede da 58ª Inspetoria Regional de Ensino (Frente Ampla de Notícias, vol. XXIV, 12/01/1976. Grifos meus).

Interessante notar que no mesmo contexto em que os crimes comuns eram intensos em Marechal Cândido Rondon (vide Tabela 01 e a grande quantidade de carros roubados em 1976 sem que fosse possível a identificação dos responsáveis já que a polícia local não tinha estrutura para isto), os professores eram alvos de uma triagem “dentro da maior responsabilidade”, para que fosse comprovado “que nada existe sobre sua pessoa”. A educação foi/é usada por governos totalitários para disciplinarização dos indivíduos e construção de “cidadãos ideais”, com princípios morais e patrióticos e que são instruídos desde o início de suas jornadas educacionais, para admirar, respeitar e não questionar os governos instituídos. A educação é uma “arma” por proporcionar aos sujeitos que a frequentam uma formação crítica, por isso a preocupação dos governos civis-militares em vigiar os professores que seriam responsáveis pela formação das crianças e adolescentes em Marechal Cândido Rondon.

Para comprovar esta vigilância em torno dos professores, finalizaremos com a análise em torno de documentação acessível no Fundo do DOPS-PR, no Dossiê da Delegacia de Polícia de Marechal Cândido Rondon<sup>39</sup>, onde encontramos um caso envolvendo a vigilância em torno do trabalho de uma professora de Português que trabalhava em um colégio do município. A professora teria sido denunciada por dois trabalhos realizados: entrevistas destinadas a alguns profissionais liberais de Marechal

---

colégio, no ano de 2008.

<sup>39</sup> Acessível no Banco de Dados do site Memórias Reveladas, como já situamos anteriormente. Fundo: DOPS-PR, Dossiê: Delegacia de Polícia de Marechal Cândido Rondon.

Cândido Rondon; e a confecção de um jornal estudantil, chamado “A voz do estudante”.

Aparentemente, o documento que chegou ao DOPS é a entrevista realizada com o Delegado de Polícia local, que teria gerado suspeitas quanto as perguntas realizadas e as respostas concedidas. O primeiro documento disponível no Dossiê é a Informação nº 093 de 15/07/1971, cuja origem é o 6º BPM e faz referência a uma informação anterior. Sua difusão é destinada ao DOPS e ao Serviço Estadual de Segurança Pública. O texto inicia com a seguinte afirmação: “Uma professora de português, [...] do Colégio Estadual de Cândido Rondon, com um novo sistema de pesquisas, determinou que seus alunos fizessem trabalhos com várias perguntas nas repartições do Estado, perguntas essas que fogem à alçada da sua matéria” (Fundo: DOPS-PR, Dossiê: Delegacia de Polícia de Marechal Cândido Rondon, Informação nº093 PM.2/71. Origem: 6º BPM. Difusão: DOPS/PR. 15/07/1971). As perguntas (14) que teriam sido confeccionadas sob orientação da professora, que “fogem à alçada da sua matéria” (e realizadas com o Delegado local), estão elencadas na sequência. Entre elas, chama a atenção: “Porque a polícia espanca os presos na Delegacia”, “Porque existe muitos policiais com pouco grau de cultura”, etc. Após as perguntas, consta a informação “anexo segue a fotocópia das respostas dada pelo Delegado de Polícia de Marechal Cândido Rondon”. Infelizmente o documento não está disponibilizado ou é ilegível<sup>40</sup>. Como resposta dada pela DOPS-PR, escrito a caneta atrás da Informação nº093, o seguinte texto: “Oficie-se a Mal. Cân. Rondon, solicitando o nome completo da professora em pauta e o porquê das perguntas diretamente a ele, nesse tipo de pergunta”. A anotação é datada como 28/07/1971.

Pelo que conseguimos entender na documentação disponível, o DOPS-PR teria enviado um Ofício (nº 489/71) em 28/06/1971, solicitando que o Delegado disponibilizasse informações sobre o fato. O Delegado por sua vez, apresentou informações sobre a professora e o trabalho realizado por ela, argumentando que o jornal tinha o intuito de angariar fundos para os estudantes realizarem sua formatura ao final do ano letivo e “instruí-los” quanto ao funcionamento dos diferentes setores da administração municipal e estadual. Conclui dizendo que

[...] esta autoridade não vê, assim, nenhum ato de subversão por parte do feitiço do Jornal, muito menos da aludida professora (opinião sincera desta autoridade relatora), no quem anexo um exemplar do citado jornal, para conhecimento da Va. Sa., e para os devidos fins de direito, ficando, outrossim, a critério dessa especializada, a repreensão ou não, do mencionado jornal, no que, aguardo pronunciamento de Vossa Senhoria a respeito (Fundo: DOPS-PR, Dossiê: Delegacia de Polícia de Marechal Cândido Rondon, Ofício 137/71, de 16/09/1971. Origem: Delegacia de Polícia de Marechal Cândido Rondon. Destino: Delegado da DOPS-PR).

O jornalzinho aparece como anexo à documentação. Atrás do Ofício 137/71 (enviado pelo Delegado), à orientação do DOPS:

---

<sup>40</sup> Algumas páginas ilegíveis seguem os documentos analisados.

Oficie-se ao Delegado de Mal. Cândido Rondon informando que o objeto do Ofício 489/71 SI-DOPS era saber sobre as declarações prestadas por ele sobre a Organização Policial, à citada professora [...] em 13-7-71 aproximadamente. / Outrossim, tendo em vista o jornal “A Voz do Estudante” editado pela referida, torna-se mister estar sempre atento, observando os números que forem publicados e, se contiver matéria que interessem a esta DOPS, fazer remessa de um exemplar (Fundo: DOPS-PR, Dossiê: Delegacia de Polícia de Marechal Cândido Rondon, Anotações à caneta com uma informação datilografada abaixo: “Feito of. Nº 700/71 informando, em 5/10/1971”).

Em conversa<sup>41</sup> com a professora de Português aposentada, moradora de Marechal Cândido Rondon, a mesma revelou ter ciência das denúncias<sup>42</sup>. Segundo ela, o jornal era vendido para a população em geral, pelo contato com os próprios alunos. Por isso, apesar das desconfianças sobre a autoria das denúncias (decorrentes de rivalidades políticas inclusive, que pelas delimitações do texto não poderão ser aprofundadas aqui), a formalização junto ao DOPS poderia vir de qualquer pessoa do município ou do próprio diretor da instituição.

Os documentos analisados apontam para duas situações: a denúncia feita contra a professora (por causa de materiais produzidos sob coordenação dela), e as providências tomadas no intuito de averiguar a gravidade dos fatos; as desconfianças do DOPS quanto a própria atuação do Delegado em Marechal Cândido Rondon. No entanto, este último aspecto deixaremos para uma outra oportunidade, já que o tema por si só rende um outro artigo.

Há outros casos que poderiam ser enquadrados como vigilância e repressão política em Marechal Cândido Rondon no período analisado. As pesquisas realizadas na nossa tese têm trazido muitos dados para evidenciar. Cabe concluir: 1) Existia criminalidade em grande quantidade em Marechal Cândido Rondon. 2) A falta de estrutura policial em Marechal Cândido Rondon, necessária para garantir a segurança individual e da propriedade privada, provam que a Ditadura não estava preocupada com os indivíduos de forma geral. 3) Porém, quando se tratava dos atos considerados “crimes” para a Ditadura (oposição política), eram disponibilizadas toda a estrutura repressiva local, estadual e federal para que investigassem, identificassem os sujeitos e penalizasse-os, caso se julgasse necessário.

## Referências

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Tomo I, Parte I – “A militarização da Segurança Pública no Brasil”**, 2015, P.02. Disponível em: [http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I\\_Tomo\\_Parte\\_1\\_A-militarizacao-da-seguranca-publica-no-Brasil.pdf](http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_1_A-militarizacao-da-seguranca-publica-no-Brasil.pdf). Consulta realizada em 08 jul. 2021.

---

<sup>41</sup> Realizada em 2017, durante o processo de preparação do projeto apresentado para seleção do Doutorado.

<sup>42</sup> A mesma trouxe como “prova” desse conhecimento, um recorte de jornal, publicado em 1991 quando da abertura dos documentos do DOPS-PR, onde fazia referência à diversidade do material disponível no acervo e citavam o caso dela.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**, vol. I. 2014, P.163, Capítulo 4.pdf  
Disponível em: [memoriasreveladas.gov.br](http://memoriasreveladas.gov.br).

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 3, Edição 5, Ago/Set. 2009.

GONSALVES, Rosana Déa Marques. **Rádio entre fronteiras: uma análise dos programas do radialista Ilário Ermindo Kehl – Alemão Louco (1970-2009)**. 2015, Dissertação (Mestrado em História) UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon – PR, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia – Doutrina e Segurança Nacional. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 48, p.495-517: jul/dez. 2012.

RIBEIRO, Sarah I. G. T. Os Guarani no Oeste do Paraná: espacialidade e resistência. In: **Espaço Plural**, Ano VI, nº13, 2º semestre de 2005.

SEIBERT, Carlos Alberto. O Frigorífico Marechal Cândido Rondon (Frirondon) e a formação do espaço urbano-industrial (1963-1978). In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; KOLING, Paulo José. **Estado e Poder: abordagens e perspectivas**. Cascavel: Edunioeste, 2008. P.237.

SMANIOTTO, Marcos Alexandre. **A modernização conservadora na microrregião Oeste do Paraná (1964-1979)**. 2016. Tese (Doutorado em História). Dourados-MS – Universidade Federal da Grande Dourados, 2016.

SMANIOTTO, Marcos Alexandre. A Rádio Difusora como fonte para a pesquisa sobre a burguesia rondonense: um relato de pesquisa. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; KOLING, Paulo José (Org.). **Estado e Poder: Abordagens e Perspectivas**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2008.

ZAPARTE, Andréia. **A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)**. Dissertação de Mestrado em História – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon – PR, 2011.

## Fontes Consultadas:

Arquivos do Programa Frente Ampla de Notícias da Rádio Difusora – Marechal Cândido Rondon – PR, 1966-1978.

Fundo: DOPS-PR, Dossiê: Delegacia de Polícia de Marechal Cândido Rondon. Acessível no Banco de Dados do site Memórias Reveladas:  
<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>.